GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 852/94 - Apenso Processo CEE nº 423/94
INTERESSADA: 1º Delegacia de Ensino de Sorocaba
ASSUNTO: Solicita esclarecimentos sobre Curso de Técnico
em Radiologia
RELATOR: Cons. Pedro Salomão José Kassab
PARECER CEE Nº 598/95 - CESG - APROVADO EM 11-10-95

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

1.1.1 A 1ª Delegacia de Ensino de Sorocaba, no Ofício 315/94, de 01-08-94, dirigido à CESG, refere-se à situação de alunos do Curso de técnicos J.M. Cabello Campos, do Conjunto Hospitalar da Faculdade de Medicina de Sorocaba, autorizado pelo CEE no Processo nº 628/86, dizendo:

a) os que se formam naquele Curso têm dificuldade para obter seu registro no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia;

b) o referido Conselho consultou anteriormente o CEE, "cuja resposta consta do Parecer nº 1.493/91, mas continuam resistentes";

c) em Julho de 1994, teve conhecimento de "liminar expedida pelo Conselho Federal de Educação sustentando os pareceres autorizadores de cursos de Técnicos em Radiologia em nível de 2º Grau e não sabemos se a mesma está em vigor (...)" e o referido Conselho tem competência para o citado.

1.1.2 foi Juntada reprografia de ofício, datado de 20-05-93, do Juiz Federal da 1ª Vara do Distrito

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 852/94

PARECER CEE Nº 598/95

Federal, dirigido ao Presidente do Conselho Federal de educação. Nos autos da medida cautelar nº 2.153... ... movida pelo Conselho Regional de Técnicos em Radiologia -RJ/ES em desfavor da União Federal (Conselho Federal de Educação)", em que o magistrado:

a) comunica sua decisão, de 20-05-93, "deferindo o pedido liminar, para o fim de serem sustados os pareceres autorizadores de cursos de Técnico de Radiologia em nível de 2º Grau e resoluções definidoras dos Cursos de Qualificação Profissional de Técnico em Radiologia com curso de 2º Grau";

b) determina "providências necessárias à efetivação da liminar concedida".

1.1.3 O Parecer CEE nº 1.493/91, exarado no Processo CEE nº 736/91, de que foi relator o nobre Conselheiro Yugo Okida, foi suscitado pelo Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia - 5ª Região - São Paulo, que solicitou "providências quanto à proliferação de escolas que ministram o Curso de Técnico em Radiologia em nível de 1º e 2º Graus".

a) Assim ficaram sintetizados, naquele Parecer, os motivos da solicitação:

a.1) a Lei 7.394/85 e o Decreto 92.790/86, que a regulamentou, estabelecem (Art. 2º da Lei) que "São condições para o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia:

"I - ser Portador de certificado de conclusão de 1º e 2º Graus ou equivalente e possuir formação

PROCESSO CEE Nº 852/94

PARECER CEE Nº 598/95

profissional por intermédio de Escola Técnica de Radiologia, com mínimo de 3(três) anos de duração:

"II - possuir diploma de habilitação expedido por Escola técnica de Radiologia":

a.2) considerações da entidade interessada - Conselho de Técnicos em Radiologia - a propósito de

- conveniência dessa formação em nível de 3º Grau, para a prestação de serviços:

- a situação, que diz ser ilegal, dos cursos de técnicos, à luz da Lei 7.394/85, aduzindo que "cabe ao Conselho Federal de Educação a elaboração de programas de ensino, para que tais cursos possam ser reconhecidos, o que não aconteceu até o momento":

- e a correlacionada exigência, de parte dos Conselhos Nacional e Regionais de Técnicos em Radiologia, de "pronto cumprimento das disposições legais, em defesa da classe, da comunidade e, sobretudo, dos pacientes", referindo "a dignidade desses mesmos profissionais, com ampla autonomia no desempenho de seu mister no respeito dos cidadãos a essa atividade".

b) Destacam-se, na apreciação do Relator:

b.1) o reparo que faz, lembrando que "o grau técnico em Radiologia é destinado apenas aos que cursam o 2º e não o 1º Grau";

PROCESSO CEE Nº 852/94

PARECER CEE Nº 598/95

b.2) seu outro reparo, assinalando que, "Desde 1973, o currículo mínimo para o Curso Técnico em Radiologia foi fixado pelo Conselho Federal de Educação pelo Parecer 1.273/73";

b.3) sua afirmação de que, "Posteriormente, a Lei nº 7.394/85, regulamentada pelo Decreto 92.790/86, estabeleceu diretrizes para o exercício da atividade de Técnico em Radiologia" e, "A partir daí, inicia-se um conflito entre a legislação educacional e a trabalhista, gerando equívocos de competência legal", pois "O Conselho Regional de Técnicos em Radiologia quer entender que as escolas de 2º grau que oferecem o Curso Técnico em Radiologia tornaram-se ilegais":

b.4) sua lembrança de que vários pareceres deste Conselho e do Conselho Federal de Educação já examinaram o assunto "e todos são unânimes em afirmar que os atuais cursos de 2º Grau, em nível técnico, são legais: e vão além, como o Parecer CEE nº 842/86 (CLN), do nobre Conselheiro Moacyr Expedito Vaz Guimarães", de que transcreve vários trechos, sobressaindo, dentre eles, não ser legítimo que "uma lei ordinária de disciplinação de exercício profissional passe a dispor sobre estrutura curricular, duração de cursos, exigência de pré-requisitos. etc...", "porque tais aspectos são de competência de áreas próprias que a receberam por força legislação de maior hierarquia, isto é, Lei Complementar à Constituição" e "Criou-se, desnecessariamente, conflito entre a norma reguladora do exercício profissional - e só isso - e legislação de ensino":

PROCESSO CEE Nº 852/94

PARECER CEE Nº 598/95

b.5) sua ênfase sobre ser "errônea a interpretação daquele Conselho Regional", embora sejam "de se louvar os argumentos emitidos quanto à preocupação de uma melhor formação profissional":

b.6) sua afirmação de que é ponto pacífico que o termo técnico atinge somente uma formação de 2º grau, citando pareceres deste Conselho e do Conselho Federal de Educação a respeito, a aduzindo que a formação em nível de 3º Grau, dada por curso de três anos, deve caracterizar um tecnólogo e não um técnico:

b.7) seu entendimento, afinal, de que permanecem válidos os cursos de técnicos em Radiologia, em nível de 2º Grau, bem como o currículo mínimo estabelecido no Parecer nº 1.273/73 do Conselho Federal de Educação.

c) O referido Parecer, adotado pela Câmara de Ensino de 2º Grau, foi unanimemente aprovado pelo Plenário deste Conselho.

1.1.4 Figuram nos autos deste Processo reprografias de pareceres em que este Conselho concede autorização para funcionamento de cursos supletivos de Qualificação Profissional IV de Técnicos em Radiologia.

1.1.5 Em correspondência circular de dezembro de 1992, o Conselho de Técnicos em Radiologia da 5ª Região - São Paulo e Mato Grosso do Sul - teceu longas considerações sobre o assunto, o "impasse" existente, lembrando as determinações do respectivo Conselho Nacional, de não se conceder registro aos profissionais de nível médio. Informa, no final, ter havido autorização daquele Conselho Nacional para "concessão do registro provisório aos

PROCESSO CEE Nº 852/94

PARECER CEE Nº 598/95

que já concluíram o curso técnico até que toda a situação legal esteja definitivamente solucionada".

1.1.6 A Assistência Técnica de Ensino Supletivo da DRE de Sorocaba, em 11-08-94, comunicou estar mantendo contato com a CESG do CEE, juntamente com a 1ª DE de Sorocaba, e sugeriu encaminhamento da matéria a este Colegiado, o que foi acolhido pelo Diretor Regional, na mesma data. Ao respectivo texto, seguem-se, nos autos, reprografias de ofício 504/93, da 1ª DE de Sorocaba a este Conselho e não datado: despacho da Delegada, de 27-10-93, determinando encaminhamento à DRE de Sorocaba com proposta de envio ao CEE; e despacho datado de 16-11-93, do diretor Regional, dirigido à Coordenadora de Ensino do Interior, com proposta de envio ao CEE. Mais adiante, a Informação da referida Coordenadoria, propondo encaminhamento a este Conselho através do Gabinete, SE, menciona os "Ofícios nº" 504/93 e 315/94, datados, respectivamente de 27-10-93 e 01-08-94", da Delegada de Ensino ao CEE, o que esclarece a data do primeiro. O digno Presidente da CESG, após despacho do nobre Conselheiro Yugo Okida, "considerando a existência de liminar concedida por Juiz Federal, encaminhou o protocolado à CLN, tendo sido solicitada pelo relator, nobre Conselheiro João Gualberto de Carvalho Meneses, a audiência preliminar da Assessoria Jurídica.

1.1.7 No entender da Douta Assessoria Jurídica, "ao CFE cabe, portanto, tomar as Providências necessárias à efetivação da liminar concedida. E, no caso, consoante a norma inserta no artigo 9º, "p" da Lei 4.074/61, ainda vigente em medida Provisória, desconhece esta CLN qualquer notificação, por parte do CFE, a respeito da matéria. Ante o exposto, o currículo mínimo que o Conselho

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 852/94

PARECER CEE Nº 598/95

Federal de Educação fixou está em vigor. Destarte, os cursos autorizados pelo Conselho Estadual possuem validade nacional. Assim deve entender o órgão encarregado de registro de diplomas, limitado para fins e efeitos trabalhistas".

O nobre conselheiro relator, confirmando essa orientação, reitera que "Assim deve entender o Conselho Regional de Radiologia e órgão encarregado de registro profissional, limitando-se sua atuação, aos fins e efeitos trabalhistas".

A Comissão de Legislação e Normas adotou, como seu Parecer, o Voto do Conselheiro Relator e o Processo foi restituído à CEEG.

1.2 APRECIÇÃO

1.2.1 A legislação educacional vigente define, como de 2º grau, sem margem para dúvida, a formação de técnicos; no caso, o respectivo currículo mínimo foi fixado pelo Parecer nº 1.273/73 do Egrégio Conselho Federal de Educação.

1.2.2 A Lei 7.394/85 e o Decreto 92.790/86, tratando do exercício da profissão de Técnico em Radiologia, estabeleceram, como condições.

- ser portador de certificados de conclusão de 1º e 2º Graus, ou equivalentes, e

PROCESSO CEE N° 852/94

PARECER CEE N° 598/95

- Possuir formação profissional por intermédio de Escola Técnica de Radiologia, com mínimo de 3 anos de duração, bem como diploma de habilitação expedido pela mesma.

Cuidando de aspectos trabalhistas, tais atos, em evidente incursão no campo educacional, geraram conceito que difere do explicitado na legislação deste último: ensejaram a hipótese, para a formação do Técnico em Radiologia, de nível superior ao 2º Grau e nela não obedeceram à nomenclatura fixada; com isso deram origem ao problema de que se volta a tratar, embora não haja referência explícita à formação superior e ao mesmo tempo faça menção à formação em uma escola técnica, o que caracteriza ensino de 2º grau.

1.2.3 Sublinhe-se, a propósito, o Parecer CEE n° 842/86 do nobre Cons. Moacyr Expedito Vaz Guimarães, que acentua ser a legislação de ensino - Lei Complementar à Constituição Federal - de nível hierárquico mais alto do que uma lei ordinária, esta voltada para a disciplina do exercício profissional (de uma, dentre centenas de atividades profissionais - acrescentamos nós), não sendo legítimo que disponha sobre aspectos como estrutura curricular, duração de cursos e pré-requisitos.

Como assinalou o nobre Cons. Yugo Okida, este e outros pareceres anteriores do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação, cuidando do assunto, confirmaram a legalidade dos atuais cursos de 2º Grau, de nível técnico. Seu Parecer n° 1.493/91, resultante de consulta feita pelo Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, voltou a reiterar a permanência dessa validade, bem como do currículo mínimo definido pelo Conselho Federal de Educação.

PROCESSO CEE Nº 852/94

PARECER CEE Nº 598/95

1.2.4 Na consulta feita em 1991 pelo Conselho Profissional, foram por ele pedidas providências quanto à proliferação de escolas que estariam ministrando o curso Técnico em Radiologia nos níveis de 1º e 2º Graus (como já se viu, foi equivocada a referência ao 1º Grau) e foi afirmado serem ilegais tais cursos, que, para serem reconhecidos, deveriam ter programa de ensino fixado pelo Conselho Federal de Educação, "o que não aconteceu até o momento" - aduziu - o que também já foi identificado como equívoco.

Em correspondência circular de dezembro de 1992, o mesmo órgão profissional lembrou orientação de seu Conselho Nacional, de não conceder registro aos profissionais de nível médio; acrescentou, contudo, ter sido autorizada "concessão de registro provisório aos que já concluíram o curso técnico até que toda a situação legal esteja definitivamente solucionada" (grifado por este Relator). Como é óbvio, refere-se ao "curso técnico" de nível médio, reconhecendo-o como tal.

1.2.5 Retorna o assunto a este Colegiado, suscitado pela 1ª DE de Sorocaba.

1.2.6 Sintetize-se.

a) A existência do profissional técnico formado em 2º Grau, quaisquer que sejam as atividades a que se destina, traduz, naturalmente, o preenchimento de duas necessidades: a do trabalho, que precisa de profissionais técnicos com esse nível de escolarização, e a da oferta de oportunidades para o exercício das correspondentes atribuições. Tais necessidades não se modificam, a não ser a partir de fatores que se originem da realidade e sempre voltados

PROCESSO CEE N° 852/94

PARECER CEE N° 598/95

para a melhor forma de preencher os requisitos da vida em sociedade.

b) Considerada tal realidade, não é aos Técnicos em Radiologia, formados em nível de 2º Grau, que se aplicariam novas exigências resultantes da Lei 7.394; e aqueles a que essas novas exigências se aplicassem não deveriam ter recebido a denominação reservada aos primeiros pela legislação educacional.

c) Dentre os Técnicos propriamente ditos, que são os formados em 2º Grau, situam-se os que se preparam para colaborar em serviços médicos, odontológicos e médico-veterinários.

Desses serviços, fazem parte os que utilizam radiações, principalmente para diagnóstico e tratamento, compreendendo tanto as que são produzidas em instalações, equipamentos e aparelhos, como as que são emitidas por elementos radioativos; servem elas, portanto, ao radiodiagnóstico (onde, num sentido mais amplo, já se incluem também outros agentes físicos, como as vibrações mecânicas e o calor, além das ondas eletromagnéticas e das radiações corpusculares), à radioterapia e à medicina nuclear.

Essas atividades, para assumirem plenamente as responsabilidades que lhes são inerentes, exigem a correspondente formação superior plena e, depois desta, as especializações pertinentes, que são impossíveis sem a Plena graduação prévia. Não se pode praticar a Radiologia Médica, por exemplo, no campo do diagnóstico -ou, como vem sendo denominada, diagnóstico pela imagem - sem antes obter a graduação médica e, depois desta, a respectiva

PROCESSO CEE N° 852/94

PARECER CEE N° 598/95

especialização: isto significa, pelo menos, nove anos de preparação, para se começar a assumir efetivamente responsabilidade e autonomia: o mesmo se passa quanto à Radioterapia e Medicina Nuclear.

d) o que pudesse está contida na Lei 7.394/85 e Decreto 92.790/86, como formação em nível superior, corresponderia certamente a uma formação tecnológica, que poderia acrescentar sua contribuição ao bom funcionamento e à maior produtividade dos serviços prestados nessa área.

e) Isto não torna desnecessário ou supérfluo o técnico com formação de 2º Grau. A realidade mantém a importância de sua contribuição, para a produtividade que se deseja. Como ocorre com outras atribuições desse nível, se ele estiver ausente, seu trabalho habitual deverá ser suprido; e absorverá profissionais de mais alta formação, retirando-os de misteres não delegáveis e que ficarão prejudicados.

f) O ofício da Sra. Delegada da 1ª DE de Sorocaba, de 01-08-94, ao tratar da dificuldade que têm encontrado esses Técnicos em Radiologia para obtenção de seu registro, trouxe reprografia de liminar, deferida por Vara Federal, em 20-05-93, determinando ao Conselho Federal de Educação que providenciasse sustação de pareceres em que se autorizaram os cursos respectivos e resoluções que os definiram como de 2º Grau.

g) De acordo com a apreciação da douta Assessoria Jurídica e a conclusão a que chegou a Comissão de Legislação e Normas, adotando parecer do nobre Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses, não se tem conhecimento, neste

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 852/94

PARECER CEE Nº 598/95

Colegiado, de qualquer notificação feita, nesse sentido, pelo Egrégio Conselho Federal de Educação, ao qual cabe tomar as providências relativas à mencionada liminar.

Concluiu a Comissão de Legislação e Normas que os cursos autorizados por este Conselho têm validade nacional, o que dessa forma deve ser entendido pelo órgão que tem a incumbência de registro profissional, com atuação limitada aos fins e efeitos trabalhistas.

2. CONCLUSÃO

Diante do exposto:

2.1 Conclui-se, nos termos deste Parecer, que os Técnicos em Radiologia, formados em nível de 2º Grau, pela via do ensino regular ou do supletivo, conforme a legislação educacional vigente.

1º são possuidores de condições técnicas para o trabalho que essa formação lhes confere e

2º têm direito à denominação de Técnicos, que caracteriza o referido grau de formação.

2.2 Envie-se cópia deste Parecer à Secretaria de Estado da Educação e em especial à 1ª Delegacia de Ensino de Sorocaba, que suscitou o Presente processo, à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia.

São Paulo, 10 de Julho de 1995

a) *Cons. Pedro Salomão José Kassab*

Relator

PROCESSO CEE Nº 852/94

PARECER CEE Nº 598/95

3. DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Segundo Grau adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Francisco Aparecido Cordão, Maria Bacchetto, Pedro Salomão José Kassab, Raphaela Carrozzo Scardua e Roberto Moreira.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 12 de Julho de 1995.

a) *Cons. Francisco Aparecido Cordão*

Presidente da CESG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de outubro de 1995.

a) *Cons. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO*

Presidente